

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
Coordenação

Aljubarrota Revisitada



Comment le roy de portingal desconfist le roy de castille a Jubarrota. .i. xb



Coimbra • Imprensa da Universidade

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

Coordenação

Aljubarrota Revisitada

AUTORES

João Gouveia Monteiro

Fernando Pedro Figueiredo

Lídia Catarino

Helena Catarino

Eugénia Cunha

Carina Marques

Vitor Matos



Coimbra • Imprensa da Universidade

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

INFOGRAFIA
António Resende
Estimulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA
G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda.
Palheira • Assafarge - Apart. 3068
3001-453 Coimbra Codex

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Batalha de Aljubarrota. Iluminura das *Chroniques d'Angleterre*,
de Jean de Wavrin. Século XV. Londres, British Museum.

ISBN
972-8704-00-3

DEPÓSITO LEGAL
167843/01

© JULHO 2001, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:
GOVERNO CIVIL DE LEIRIA, CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO-DE-MÓS, CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA,
CIDADE EXPRESSO - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, S.A. E ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

INTRODUÇÃO

I. O princípio de uma aventura

Quando, na manhãzinha do dia 2 de Março de 1995, viajávamos de Coimbra para S. Jorge, acalentávamos na alma uma profunda esperança na possibilidade de rever ou de completar aquilo que, a propósito do combate de 14 de Agosto de 1385, havia já sido escrito nas décadas anteriores.

Evidentemente, tínhamos conhecimento de que a 'batalha de Aljubarrota' constituía já um volumoso *dossier*, construído pela combinação dos meritórios esforços de muitos, talvez de dezenas, de historiadores e de outros estudiosos, que à sua análise se haviam entregado com paixão. Estávamos, apesar disso, convencidos de que o assunto não se encontrava ainda encerrado, facto que – sem pretendermos ser arrogantes – os trabalhos que a nossa equipa desenvolveu ao longo destes últimos anos parecem claramente comprovar.

Em especial, preocupava-nos a ideia de que, não obstante o grande consenso já existente quanto a um vasto conjunto de aspectos relacionados com a batalha (p. ex.: quanto aos objectivos estratégicos dos exércitos em presença, quanto aos itinerários por estes seguidos, quanto às características da posição ocupada pelo exército anglo-português na madrugada do dia 14, quanto aos desenvolvimentos tácticos que ela provocou e até quanto a diversos aspectos da configuração genérica do combate⁽¹⁾), subsistiam algumas dúvidas cruéis.

3

⁽¹⁾. Estes aspectos foram por nós resumidos em trabalho anterior, com recurso a uma vasta e respeitável bibliografia, de que destacamos: quanto ao enquadramento estratégico da batalha, J. A. Loureiro dos SANTOS, 1986; no que diz respeito aos movimentos das duas hostes nos 15 dias que antecederam a batalha, bem como no que toca às respectivas

Em concreto, e sobretudo, afiguravam-se-nos deveras estranhas as discrepâncias existentes quanto à interpretação dos resultados das escavações arqueológicas levadas a cabo no Campo Militar de S. Jorge pelo Tenente-Coronel Afonso do Paço. Seria possível que aquele vasto sistema de fossos e de covas posto a descoberto nas proximidades do que se presume terem sido o flanco nascente e o limite meridional do dispositivo táctico anglo-português, não tivesse, afinal, qualquer relação com a batalha (OLIVEIRA, 1988, esp. pp. 113-115; e N.V. SANTOS, 1979, esp. pp. 468-471)? Simultaneamente, seria viável, por alargamento para poente da área investigada, extrair do campo de batalha nova e valiosa informação acerca do dispositivo táctico utilizado pelo exército anglo-português, dispositivo esse que lhe permitira resolver, em menos de uma hora, um problema militar muito complexo, que um exército mais numeroso e mais bem equipado lhe colocara? Finalmente, seria impossível aprofundar a investigação sobre o espólio osteológico encontrado por Afonso do Paço numa vala-comum nas

posições no terreno, Costa VEIGA (1930, 1951 e 1961) e Alcide de OLIVEIRA, 1988; a Sir P. RUSSELL (1962) devemos o esclarecimento da importância do auxílio militar inglês; quanto às escavações no campo de batalha, realizadas entre 1958 e 1960, os respectivos resultados encontram-se largamente relatados nos diversos trabalhos assinados pelo arqueólogo que as dirigiu (Afonso do PAÇO, 1959, 1959b, 1960, 1960b, 1961, 1961b, 1962 e 1965); os surpreendentes (ou talvez não) resultados destas escavações foram primeiramente comentados por Costa VEIGA (1959) e por Gastão de Mello de MATTOS (1959) e, mais recentemente, completados por Severino LOURENÇO (1985), na sequência de uma nova intervenção arqueológica. Importante foi também a polémica entre Cordeiro de SOUSA (1961 e 1963) e G. de M. de MATTOS (1962), acerca do carácter apeado ou não da ofensiva franco-castelhana. A C. de SOUSA (1960) se deve ainda o estudo da inscrição existente na Ermida de S. Jorge, estudo esse mais recentemente completado e corrigido por Mário BARROCA (2000, II, t. 2, n.º 677, pp. 1936-1944). Nuno RUBIM (1986), pelo seu lado, ponderou com grande rigor técnico a possibilidade da utilização de bocas-de-fogo na batalha, por parte dos castelhanos, enquanto que Luciano CRISTINO (1986) estudou a geografia da região, um trabalho recentemente redimensionado por Saul GOMES (2000), que se ocupou da 'memória da batalha real'. No que diz respeito a sínteses sobre o conjunto do problema, as mais importantes foram, em nossa opinião, as ensaiadas, antes das escavações de Afonso do Paço, pelo General espanhol XIMENEZ DE SANDOVAL (1872) e pelo grande investigador inglês Peter RUSSELL (2000, pp. 391-434) e, depois delas, por Stott HOWORTH (1960), S. D. ARNAUT (1962), N. Valdez dos SANTOS (1979), A. de OLIVEIRA (1988) e Carlos BESSA (1988). A elas acrescentamos, modestamente, a nossa síntese recente (J. G. MONTEIRO, 1998, pp. 296-301), que, por motivos óbvios, nos dispensamos de repetir neste trabalho, cujo enfoque se dirige, como se verá, a dois ou três aspectos muito específicos do combate.

proximidades da capela, no sentido de obter dele uma datação segura, que permitisse relacioná-lo (ou não) directamente com a batalha e, em caso afirmativo, aproveitá-lo como fonte inestimável de informação sobre as características físicas do combate em que se viram envolvidos aqueles homens?

Todas estas ideias estavam presentes no nosso espírito quando alcançámos S. Jorge, prontos para o primeiro de uma longa série de dias de trabalho que, de forma infelizmente muito descontínua, se prolongariam até ao final do Verão de 1999⁽²⁾. Ao mesmo tempo, animava-nos muito o facto de ao relato da batalha de Aljubarrota – um dos eventos militares mais decisivos de toda a história ‘europeia’ dos finais da Idade Média – se terem dedicado alguns dos melhores cronistas europeus tardo-medievos. Repare-se que, tanto o nosso grande Fernão Lopes (que escreve perto de 50 anos depois do evento e dentro de um enquadramento socio-político muito especial, mas também com um detalhe e uma preocupação de coerência extraordinários)⁽³⁾, como Pero Lopez de Ayala (cronista e chanceler do rei de Castela, testemunha ocular da batalha)⁽⁴⁾ e ainda Jean Froissart, o mais importante cronista francês dos finais da Idade Média, contemporâneo da batalha⁽⁵⁾, se referem ao combate com notável pormenor. Para além disso,

(2). Veja-se, em anexo, a Fig. INT. I. (Planta de localização da área estudada. Campo Militar de S. Jorge).

(3). Fernão Lopes descreve largamente a batalha de Aljubarrota na sua *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda* (a partir de agora citada apenas por CDJ, II), esp. caps. XXXIV-XLIII, pp. 71-99.

(4). No seu estilo curto e seco, Ayala, que foi feito prisioneiro na batalha, tendo ficado detido no castelo de Óbidos para um cativoiro de 15 a 30 meses (durante o qual escreveu, aliás, o célebre “Libro de la Caza”, bem como parte do “Rimado de Palacio” e, eventualmente, o seu próprio relato dos acontecimentos do 14 de Agosto de 1385: MARTÍN, 1991, pp. LV-LVI), dá conta da batalha real na sua *Crónica de Don Juan Primero* (a partir de agora citada apenas por CDJ), ano VII.º, 1385, esp. cap. XIV, pp. 598-602.

(5). O cronista de Valenciennes, afectivamente muito ligado à Casa Real inglesa, apresenta duas narrativas distintas da batalha. A primeira, tê-la-á recolhido em finais de 1388 ou em inícios de 1389, em Orthez, na corte do conde de Foix, na sequência de uma entrevista a um cavaleiro gascão, de nome Espan du Lion, que terá estado em Aljubarrota (cf. Jean Froissart, *Chroniques*, ed. S.H.F., t. XII, 1356-1388, Livre Troisième, par. 36-43, pp. 144-169). A segunda narrativa deve ter resultado de uma conversa havida em Middelburg (na Zelândia, actual Holanda), em finais de 1389, entre o cronista e o fidalgo beirão João Fernandes Pacheco (ARNAUT, 1947b, *passim*), um dos heróis de Aljubarrota (cf. Jean Froissart, *Chroniques*, ed. S.H.F., t. XII, 1356-1388, Livre Troisième, par. 89-94, pp. 276-290).

a batalha de Aljubarrota é ainda assunto da *Crónica do Condestabre*, um texto anónimo, escrito entre 1431 e 1440 e que constitui uma 'biografia dourada' de Nuno Álvares Pereira, possivelmente devida à iniciativa de um clérigo-cavaleiro, afastado da corte régia mas muito ligado a uma das Ordens Militares (T. Amado in LANCIANI/TAVANI, 1993, pp. 186-188)⁽⁶⁾. Finalmente, sabíamos ainda que ao *Sumario de los Reyes de España*, uma narrativa elaborada pelo Dispenseiro-mor da rainha D. Leonor (primeira esposa de D. Juan I de Castela) fora aduzido, em data situada entre 1456 e 1460 (dentro, portanto, do reinado de Enrique IV), por mão anónima, um precioso trecho relativo, justamente, à batalha ferida em 1385 no campo de S. Jorge (ARNAUT, 1947, pp. 74-75).

Como se não bastasse, para além de todas aquelas fontes narrativas conhecíamos ainda um documento nuclear, de origem castelhana: nada mais nada menos do que uma carta escrita, cerca de 15 dias após a batalha, pelo próprio D. Juan I à cidade de Murcia, na qual o monarca castelhano dá conta do desastre e procura justificá-lo, aludindo aos obstáculos e aos 'truques' a que terá recorrido o exército anglo-português para inclinar em seu benefício os favores da Fortuna⁽⁷⁾. Subsidiariamente, tomáramos também conhecimento de um outro documento, este de origem portuguesa, em que, com data de 15 de Agosto de 1385 (i.é, do dia seguinte à batalha), o monarca português doa ao seu vassalo Gonçalo Rodrigues os bens de João Gomes de Abreu, morador em Santarém. O interesse desta carta reside no facto de ela ser datada do próprio campo de batalha, sendo o local da respectiva emissão referenciado como "arreal de tavoado da cumeira de Aljubarrota"⁽⁸⁾, uma designação, como veremos, interessante para o esclarecimento dos processos de entricheiramento adoptados (antes ou depois da batalha) pelo exército de D. João I.

⁽⁶⁾. A *Crónica do Condestabre* (a partir de agora citada apenas por CC) alude à batalha de Aljubarrota no seu cap. LI, fls. XXXVllv.º-XLv.º, tendo constituído, decerto, uma das fontes em que se apoiou Fernão Lopes, c. 1443, para a construção do seu muito mais amplo relato da peleja.

⁽⁷⁾. Veja-se ROSSELL, 1953 ("Adiciones á las notas de la Crónica del Rey Don Juan I", n.º XIV, Año 1385, cap. XX, pág. 107, pp. 151-152).

⁽⁸⁾. AN/TT, Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 99 v.º. O confisco dos bens do Abreu é justificado por este viver em Castela e acompanhar o monarca castelhano nas suas acções contra Portugal. Recorde-se que o exército português permaneceu em S. Jorge até ao dia

Tínhamos, portanto, um raro manancial de informação escrita relevante, toda ela contemporânea (ou quase) da batalha, a que não podíamos deixar de associar ainda duas outras circunstâncias favoráveis, não menos importantes. Em primeiro lugar, o facto de existir no terreno uma pequena capela (a Ermida de S. Jorge), cuja lápide (de autenticidade indiscutível) atesta ter ela sido mandada construir por Nun'Álvares Pereira em 1393, como forma de agradecimento à Virgem Maria pelo sucesso obtido a 14 de Agosto de 1385, justamente naquele local onde esvoaçara a bandeira do Condestável (ou seja, no ponto aproximado de formação da vanguarda da hoste anglo-portuguesa)...

Em segundo lugar, a já aqui recordada circunstância de, entre 1958 e 1960, na sequência de uns achados provocados acidentalmente por trabalhos de ajardinamento do local levados a cabo pela Mocidade Portuguesa, uma parte do campo de batalha (mais concretamente a sua zona nascente e sudeste⁽⁹⁾) ter sido objecto de uma longa e conscienciosa intervenção arqueológica chefiada pelo Tenente-Coronel Afonso do Paço, em estreita colaboração com a Comissão de História Militar, em especial com o Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga e com o Capitão Gastão de Mello de Mattos, grandes entusiastas do estudo da batalha. Na sequência destas escavações havia sido encontrado, não só um "grande fosso" (com quatro ramos principais e um comprimento total de cerca de 182 metros, o qual, começando a norte da Ermida de S. Jorge, a contorna pelo lado oriental, para vir a terminar apenas uns 85 m a sudeste da capela⁽¹⁰⁾), como também um vasto sistema do que logo se presumiu serem covas-de-lobo, em número

17 de Agosto (data em que marchou para Alcobça), cumprindo assim os três dias de permanência no campo de batalha que o direito militar coevo exigia à hoste vencedora, nomeadamente em caso de combate entre dois exércitos reais.

⁽⁹⁾. Sublinhe-se que a intervenção arqueológica de Afonso do Paço teve lugar em apenas 1/5 da largura do campo exterior da provável posição anglo-portuguesa (VEIGA, 1961, p. 9). O flanco ocidental não pôde ser escavado, vindo, entretanto, a sua investigação a ser claramente prejudicada, nos inícios dos anos 60, pela construção do leito da Estrada Nacional N.º 1 !

⁽¹⁰⁾. O Ramo A, situado a norte da Ermida, tem orientação norte-sul e uma extensão de apenas 8,50 m, tendo sido parcialmente cortado por uma escavadora; dele restam escassos centímetros de profundidade. O Ramo B, também a norte da Ermida, tem orientação aproximadamente este-oeste e a forma de um arco abatido, com 49 m de comprimento,

muitíssimo elevado (c. 830), alinhadas em perto de 40 filas de 60 a 80 metros cada, paralelas e distanciadas entre si apenas uns dois metros⁽¹¹⁾. Este sistema de covas principia um pouco abaixo do termo do citado 'grande fosso' (i.é, uns 100 m a sul da ermida) e prolonga-se por mais 100 a 150 metros, apresentando, intercaladamente, vários outros fossos transversais, pelo menos um deles (justamente o mais meridional de todos) com uma extensão superior a 50 metros, ou mais (dado que se prolonga por debaixo de dependências agrícolas que não foi possível remexer: PAÇO, 1959).

uma largura variável entre 0,60 m e 0,90 m, e uma profundidade da ordem dos 0,40 a 0,70 metros; continha no seu interior calhaus rolados e, como que em consequência de ter sido aberto à pressa, apresenta um desencontro de sulcos num determinado ponto do seu traçado. Quanto ao Ramo C, localizado c. 45 a 50 m a nascente da Ermida, tem uma orientação aproximada norte-sul e cerca de 115 metros de comprimento, apresentando 0,50 a 0,80 m de largura e uma profundidade entre 0,40 e 0,75 metros, contendo de permeanas pedras de calcário, decerto trazidas de fora, pois não existem na região. Finalmente, o Ramo D, também a leste da Ermida mas com orientação este-oeste, não passa de um pequeno apêndice, com apenas 8,80 m de extensão. Reproduzimos em anexo (Fig. INT. 2.) o mapa de Afonso do PAÇO (1959, Fig. n.º 2) com a identificação do posicionamento e do traçado destes vários elementos do chamado 'grande fosso' (a área registada com "Y" é um acrescento nosso, como adiante se verá). Chamamos ainda vivamente a atenção para a circunstância, bem enfatizada por Afonso do Paço, de que "do fosso citado só possuímos hoje a parte inferior, pois desconhecemos totalmente a sua parte superior, e portanto a profundidade primitiva" (PAÇO, 1959, p. 43).

(11). As maiores destas covas apresentam 1,40 m de comprimento, 0,60 a 0,70 m de largura e 0,80 m de profundidade (PAÇO, 1959). Existem, no entanto, covas muito mais pequenas, algumas com apenas 0,30 m de largura e outro tanto de profundidade. Segundo LOURENÇO (1985, p. 12), a média das covas-de-lobo escavadas por Afonso do Paço na zona mais a norte é de 90 cm de comprimento, 50 cm de largura e 20 a 30 cm de altura (a que, para ter uma noção mais verdadeira do obstáculo que elas representavam, devemos acrescentar mais 40 a 50 cm de terra humifera). A distância entre estas covas oscila entre apenas alguns centímetros e 1,50 ou mesmo 2,20 metros, estando as da zona norte afastadas entre si uma média de 35 a 60 cm (LOURENÇO, 1985, p. 9). Curiosamente, a densidade destes obstáculos é variável, sendo as covas existentes na zona norte (i.é, as mais próximas do termo do 'grande fosso') mais concentradas, e as da zona sul (ou seja, as mais próximas do exército castelhano) mais longas e mais fundas. Quanto à respectiva orientação, embora variável, é bastante convergente: as covas-de-lobo mais a norte têm uma orientação aproximadamente nordeste-sudoeste, enquanto que as que lhes ficam a sul estão dispostas, grosso modo, a sudeste-noroeste. Daqui resulta o 'efeito de espinha' de que falam alguns autores (LOURENÇO, 1985, p. 12) e que podemos comprovar no esquema de Afonso do Paço que reproduzimos em anexo (Fig. INT. 2.).

Complementarmente, poucos metros a sul da capela fora encontrada uma vala-comum, contendo no seu interior perto de 2.800 ossos, que terão pertencido a mais de 400 indivíduos, logo relacionados com os combatentes caídos na batalha⁽¹²⁾. Como explica Afonso do Paço, que do achado deu prontamente conta ao Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra (o qual, pela mão do seu ilustre director, Professor Xavier da Cunha, realizou os primeiros estudos, com os métodos e recursos então disponíveis), estes ossos "teriam estado primitivamente em qualquer lugar, tendo sido depois arremessados para ali, como para um ossário, sem ordem alguma e já bastante fragmentados (PAÇO, 1959, p. 50). Entre a população, eram de há muito tidos como de combatentes da batalha;" (...) abandonados durante alguns anos na charneca inculta e desabitada, teriam sido mais tarde recolhidos, talvez ao fazer-se a capela em 1393, e atirados para as covas em que agora os encontramos, amontoados, partidos e sem nenhuma ordem" (PAÇO, 1959, p. 51). De permeio, foram encontrados também alguns (raros) ossos animais, nomeadamente de equídeos.

Em síntese, com tudo isto dispúnhamos de uma riqueza de informação verdadeiramente excepcional, sobretudo se tivermos em conta que não eram muito vulgares as batalhas campais na Idade Média, conhecendo-se, por isso, muito poucos campos militares, sendo raríssimos aqueles que se podem orgulhar de poderem ser estudados com base numa série tão impressionante e tão diversificada de testemunhos históricos.

E, no entanto, quanta discussão, quanta incerteza subsistia ainda, a 2 de Março de 1995, relativamente a aspectos absolutamente fulcrais do combate: a natureza exacta do dispositivo táctico defensivo utilizado pelo exército de D. João I; a razão profunda da fulgurante 'vitória-relâmpago' dos aliados anglo-portugueses; a intensidade do combate e o armamento nela predominantemente utilizado; o carácter apeado (ou não) da ofensiva franco-castelhana; etc !...

O 'gigante' permanecia, portanto, como que adormecido, muito à custa, valha a verdade, da circunstância de os estudos que a ele se continuavam

⁽¹²⁾. Veja-se, em anexo (Fig. INT. 2.), o esquema de Afonso do PAÇO, nomeadamente os pontos F, E e G.

a dedicar (alguns deles de grande mérito e erudição) se escorarem, não em investigação original sobre a batalha, mas na reanálise de fontes desde há muito exploradas e, sem um novo enquadramento que só novas descobertas poderiam permitir, impossíveis de aproveitar de uma forma verdadeiramente inovadora.

Decidimos, assim, meter mãos à obra, sabendo desde o início que a nossa investigação só poderia ter êxito se acaso nos dispuséssemos a fazê-la numa perspectiva pluridisciplinar muito alargada. Para tal seria, porém, absolutamente necessário encontrar soluções suficientemente imaginativas, capazes de contornar a absoluta carência de meios financeiros e de outros apoios logísticos e materiais com que partimos para esta aventura. Aceitámos correr o risco. Numa primeira fase, algo condicionados pela ultimização da nossa dissertação de doutoramento, alusiva à guerra praticada em Portugal nos finais da Idade Média⁽¹³⁾. A partir de então, um pouco mais libertos e decididos a ir até onde nos fosse, humana e materialmente, possível.

É disso mesmo que daremos conta, nas páginas que se seguem. Sem a pretensão, longe disso, de termos encerrado este *dossier*. Mas com a convicção de ter contribuído de forma inovadora para a sua reavaliação, graças ao apoio de todas as instituições que em nós confiaram⁽¹⁴⁾ e, sobretudo, graças à competência daqueles com quem tivemos o privilégio de trabalhar mais directamente: as Senhoras Doutoradas Helena Catarino (do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e Eugénia Cunha (do Departamento de Antropologia da Faculdade

(13). Este trabalho seria apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na Primavera de 1997, tendo sido publicado logo no ano seguinte (cf. MONTEIRO, 1998).

(14). Queremos aqui destacar o inestimável apoio que nos foi prestado pelo Senhor Governador Civil de Leiria (Prof. Doutor Carlos André) e pelas Câmaras Municipais de Porto de Mós e da Batalha (na pessoa dos seus ilustres Presidentes), bem como pela Junta de Turismo de Leiria-Fátima e pelo Centro do Património da Estremadura (na pessoa da Senhora Dra. Ana Mercedes S. Fernandes). Ao Director do Campo Militar de S. Jorge e do Museu Militar da Batalha de Aljubarrota (Senhor Coronel Victor Valente dos Santos) queremos também agradecer todo o auxílio prestado, assim como à Comissão Portuguesa de História Militar (na figura do seu Presidente, Senhor General Manuel Themudo Barata), sem o apoio do qual nada do que aqui relatamos teria sido sequer possível de imaginar. De outros apoios, igualmente importantes, de que beneficiámos iremos dando conta ao longo deste trabalho, cuja publicação se deve também aos valiosos patrocínios da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Dr. José Morais Arnaud) e da Cidade Expresso (Dr. Alexandre Patrício Gouveia).

de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra), e os Senhores Engenheiros Fernando Pedro Ortega de Oliveira Figueiredo e Lídia Gil Catarino, a Dr.^a Carina Marques e o Dr. Vítor Matos (os primeiros, do Departamento de Ciências da Terra, e os restantes dedicados colaboradores do Departamento de Antropologia, em ambos os casos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Tratou-se, ao que se vê, de um trabalho de equipa, desenvolvido ao longo de vários anos por investigadores ligados à secular corporação conimbricense e de cujos resultados se dá, pela primeira vez, detalhadamente conta nesta monografia saída da em boa hora refundada Imprensa da Universidade de Coimbra⁽¹⁵⁾.

2. Os primeiros passos

A nossa primeira preocupação, logo em Março de 1995, consistiu em testar os cálculos que, a pedido do Senhor Coronel Nuno Valdez dos Santos, a Direcção da Arma de Engenharia (D.A.E.) fizera, em Abril de 1977, com base nos levantamentos topográficos do Campo de Batalha de Aljubarrota executados pelos Serviços Cartográficos do Exército. Esses cálculos diziam respeito ao tempo que teria sido necessário à hoste anglo-portuguesa para escavar todo aquele dispositivo de fossos e covas posto a descoberto por Afonso do Paço entre 1958 e 1960.

De acordo com a D.A.E., a abertura das covas representaria um trabalho de 560 horas úteis para um grupo de cinco homens, munidos de três pás e de duas picaretas. Isto considerando a escavação de 1.000 covas com 1,40 m x 0,60 m x 0,80 m de tamanho. Teoricamente, teriam sido, portanto, necessários uns 1.400 homens para fazer essa tarefa em 2 escassas horas disponíveis imediatamente antes da batalha; ou, em alternativa, 350 homens durante um período de oito horas (considerando, neste caso, 70 grupos de cinco homens). Quanto à escavação do 'grande fosso' (com cerca

⁽¹⁵⁾. Aproveitamos para agradecer, muito sentidamente, ao Senhor Prof. Doutor Fernando Regateiro o interesse manifestado pela publicação deste estudo e a honra que nos deu ao acolhê-lo na série "Investigação" da Imprensa da Universidade, de que é actualmente o ilustre Director. À Reitoria da Universidade de Coimbra, em particular ao Magnífico Reitor (Prof. Doutor Fernando Rebelo), o nosso sincero Bem-Haja.

de 190 m de comprimento por 0,80 m de largura média e outro tanto de profundidade), teriam sido necessários 75 homens (15 grupos de 5, também com 3 picaretas e 2 pás) ao longo de oito horas (ou 150 homens em 4 horas, ou 300 homens nas tais duas horas). Para abrir os fossos encontrados de permeio na zona das covas-de-lobo (numa extensão de 330 m e a uma média de 0,60 m de largura por 0,20 m de profundidade), a D.A.E. considerou serem necessárias 50 horas de trabalho a um grupo de dois homens (uma pá e uma picareta), ou seja, 12 homens (6 grupos de 2) em 8 horas, ou 48 homens (24 grupos de 2) nas citadas 2 horas.

Em conclusão, segundo o estudo encomendado à D.A.E., em 1977, pelo Coronel Valdez dos Santos, para rasgar no terreno as supostas covas-de-lobo e os fossos que entre elas existem, teriam sido necessários perto de 1.600 homens trabalhando durante 2 horas, e quase outros tantos para, durante cerca de 3 horas e através de um sistema de cordões humanos, acarretarem as terras removidas para uma distância de cerca de 100 metros. Se considerarmos ainda a abertura do 'grande fosso', então concluiremos que a hoste anglo-portuguesa teria – de acordo com a estimativa em apreço – necessitado de afectar, durante duas horas, perto de 1.900 homens para escavarem o conjunto do sistema de entrincheiramento defensivo descoberto por Afonso do Paço, mais os (muitos) homens que fossem necessários para transportar a terra remexida para longe do seu local de origem, caso houve necessidade de o fazer (no que a D.A.E. não parece acreditar muito, e nós menos ainda)⁽¹⁶⁾.

A divulgação desta estimativa, tanto quanto o sabemos feita em gabinete e a partir de tabelas relacionadas com a guerra colonial, convidou, evidentemente, os estudiosos da batalha a procurarem outras explicações para os achados que Afonso do Paço e os seus homens haviam posto a descoberto cerca de 20 anos antes. Surgiram, assim, teorias relacionando essas covas, quer com a presença de silos muçulmanos ("atamorras") destinados ao armazenamento de cereais (N. V. SANTOS, 1979, pp. 468-471), quer com a extracção de argila ou de saibro (OLIVEIRA, 1988, esp.

(16). Vejam-se, em detalhe, todos estes cálculos, em N. V. SANTOS, 1979, p. 465 e Anexo, pp. 541-542.

pp. 113-115). Procurámos, pelos meios ao nosso alcance, averiguar da consistência dessas explicações, de resto avançadas com seriedade por estudiosos da batalha que nos merecem todo o respeito e admiração. Rapidamente verificámos que a resposta não podia ser senão negativa.

Quanto à hipótese das atamorras, tivemos oportunidade de a discutir largamente com a Doutora Helena Catarino, medievalista cujos conhecimentos do mundo e da civilização islâmicos estão acima de qualquer suspeita, e ficámos a saber que a configuração habitual dos silos muçulmanos é inteiramente distinta da das covas encontradas por Afonso do Paço: apresentam geralmente a forma de um saco, com 1,80 a 2 metros de profundidade. Por outro lado, um grupo tão numeroso de silos (como vimos, só a intervenção dirigida por Afonso do Paço permitiu reconhecer 830 covas) implicaria necessariamente a existência de um grande povoado (de resto, é dentro deles que os silos geralmente se encontram), coisa de que não temos notícia nenhuma, nem quaisquer vestígios cerâmicos, como certamente aconteceria se fosse esse o caso.

Também a hipótese de as covas estarem relacionadas com a extracção de argila ou de saibro nos não convenceu minimamente. Tivemos a possibilidade de acompanhar pessoalmente a amável visita ao campo militar feita, a nosso pedido, pelo Dr. António Freitas Tavares (geólogo e professor na Escola Superior de Tecnologia de Tomar) e depressa percebemos que uma tal teoria não é sustentável. Desde logo, por não se compreender muito bem por que é que um oleiro tradicional se ocuparia a recolher argila em quantidades tão pequenas, fazendo covas com as dimensões das postas a nu por Afonso do Paço. Com efeito, a colheita de argila é normalmente feita em quantidade, dada até a circunstância de a matéria que se recolhe não ser imediatamente utilizável, carecendo de tratamento e de mistura demorados. Desta forma, se acaso a intenção fosse colher argila, os oleiros fá-lo-iam decerto em extensão, e não através de uma grande quantidade de pequenas covas. Também o saibro costuma ser explorado em grandes quantidades, nas chamadas 'saibreiras'. Para além disso, o terreno de S. Jorge é, do ponto de vista geológico, uma formação do Pliocénico, coberto por uma camada arenosa, pelo que, se tivesse argila a profundidades da ordem dos 0,30 m ou dos 0,50 m, a areia já teria sido levada pela erosão, uma vez que a argila é impermeável, fazendo com que a água corra à sua superfície e arraste consigo qualquer cobertura arenosa. Por fim, se os

buracos tivessem sido feitos para extrair argila, seria lógico que tal matéria existisse ainda hoje, ao menos nos intervalos entre as covas, ou entre duas filas de covas, algo que – como Severino Lourenço pôde verificar na sua intervenção arqueológica de reconhecimento, realizada em 1985 – nunca se constatou (LOURENÇO, 1985, pp. 12-13)⁽¹⁷⁾.

Descartadas as duas principais 'explicações alternativas', decidimos voltar a encarar de frente o problema que já preocupara Valdez dos Santos. Teria sido (im)possível ao exército anglo-português engendrar uma tal organização do terreno no curto espaço de tempo (talvez umas duas ou três horas) de que dispôs, entre a sua fixação na chamada "segunda posição" e o início da batalha, ocorrido perto das 18 horas? E, para mais, com o inimigo à vista, ameaçando atacar a qualquer momento? De acordo com os cálculos da D.A.E., era perfeitamente impossível. Mas, e se esses cálculos não fossem adequados?...

Assaltados por esta dúvida, decidimos ouvir a opinião experiente e abalizada do Prof. Doutor Jorge de Alarcão, director do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e mestre que muito estimamos e em que muito confiamos. A nossa dúvida revelou-se-lhe legítima e, em função disso, o caminho apontado só poderia ser um: havia que proceder a um pequeno trabalho de arqueologia experimental, no próprio Campo Militar de S. Jorge!

Foi assim que, no dia 15 de Março de 1995, regressámos ao palco da 'batalha real', acompanhados de dois funcionários da Câmara Municipal de Porto de Mós munidos de uma pá e de uma picareta. Posicionámo-nos num terreno situado a poente da Ermida de S. Jorge, quase no enfiamento do ramal B do 'grande fosso', entre a velha estrada que corre de S. Jorge para Porto de Mós e a actual Estrada Nacional N.º 1⁽¹⁸⁾. Tratando-se de um terreno que fez seguramente parte do campo onde se travou o combate e, achando-se ele na continuação aproximada de uma das estruturas (Ramo

⁽¹⁷⁾. Frise-se que já Valdez dos SANTOS (1979, pp. 466-467) se afastara claramente da tese de Alcide de OLIVEIRA.

⁽¹⁸⁾. Este terreno (aliás, propriedade particular do Sr. Joaquim Luís Monteiro, a quem mais uma vez agradecemos as facilidades que sempre nos concedeu para ali podermos trabalhar) surge identificado no primeiro capítulo desta monografia, assinado pelos Eng.ºs Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lúcia Gil Catarino (Fig. I.10, "Área 1"), mas está também

B do 'grande fosso') encontradas, a nascente, por Afonso do Paço, decidimos fazer ali o nosso teste. Os dois funcionários municipais que nos acompanhavam abriram então uma primeira cova, com 1,40 m de comprimento, 0,60 m de largura e 0,80 m de profundidade, ou seja, com as dimensões das covas maiores que Afonso do Paço encontrara em 1958-60 e, simultaneamente, com umas medidas exactamente iguais àquelas que haviam servido de base aos cálculos da D.A.E.. Feita uma cronometragem cuidadosa, verificou-se que este primeiro trabalho demorou cerca de 27 minutos, apesar de dificultado pela existência de muita pedra. Aberta a primeira cova, verificou-se que esta apresentava uma primeira camada (c. 0,45 m) de terra castanha, e uma outra, inferior, com perto de 0,35 m de terra negra, não existindo praticamente vestígios de saibro. Seguiu-se a abertura de uma segunda cova, a dois metros de distância da anterior e com as mesmas dimensões. O trabalho foi, desta feita, cumprido em cerca de 21 minutos, dado não haver ali tanta pedra e o saibro existente se apresentar bastante macio. Esta segunda cova comportava, note-se, uma capa exterior de perto de 0,30 m de terra castanha, seguida de uma faixa de terra negra com 0,20 m de profundidade e, por fim, uma camada inferior de saibro com cerca de 0,30 m. Em ambos os casos (1.ª e 2.ª covas) verificámos que, passados cerca de 10 minutos, os buracos apresentavam já uns 10 cm de água.

Feito o teste, passámos às contas. Mesmo admitindo que cada uma daquelas covas demorasse, a dois homens munidos de pá e de picareta, uma média de 30 minutos⁽¹⁹⁾, concluímos que 1.000 homens abririam 1.000 covas numa hora, ou seja, que, no máximo, 350 homens teriam sido capazes de escavar 1.000 buracos daqueles em cerca de 3 horas. Comparando os resultados com a estimativa da D.A.E. (1.400 homens em 2 horas, só para abrir as covas de que estamos a falar), a diferença revelou-se abissal. O que era uma virtual impossibilidade, tornou-se absolutamente verosímil. Como notou Costa Veiga, ferramentas e trabalhadores não faltariam, entre os

assinalado (através da letra "Y") no esquema que apresentamos em anexo (v. Fig. INT. 2.), no qual completamos a clássica Gravura n.º 2 do relatório de 1959 assinado por Afonso do PAÇO.

⁽¹⁹⁾. Não considerando sequer que o teste que fizemos no dia 15 de Março de 1995 foi realizado com o terreno molhado pelas chuvas dos dias anteriores, i.é, com o terreno pesado e, por isso, certamente mais difícil de escavar do que em Agosto de 1385...

homens de pé e a "gente de serventia" que tradicionalmente acompanhavam a hoste régia (VEIGA, 1959, p. 15)⁽²⁰⁾. Até porque, como os cálculos encomendados por Valdez dos Santos já reconheciam, o esforço de escavação das covas é que representou a "parte de leão" do trabalho de organização do conjunto do sistema de defesas acessórias dado a conhecer por Afonso do Paço, Costa Veiga e Gastão de Mello de Mattos. Para além disso, não estava (nem está, em nosso entender) posta de parte a possibilidade de esse dispositivo não ter sido preparado todo ao mesmo tempo. Ou seja, parece-nos possível que uma parte dele tenha sido escavada antes do meio da tarde de 14 de Agosto de 1385, na antevisão, bastante plausível, de que o exército castelhano não aceitaria combater na primeira posição que lhe foi 'oferecida', 2 km a norte do planalto, pelo adversário anglo-português, optando, em vez disso, por tornejar a posição portuguesa pelo lado do mar, na direcção do Casal do Relvas e da Calvaria, até estacionar, como seria previsível, numa ampla esplanada situada junto ao lugar de Chão da Feira (cf. VEIGA, 1930, pp. 79-80; NUNES, 1986, p. 45; e MONTEIRO, 1998, esp. pp. 297-298). Por outro lado, dada a circunstância de o combate se ter travado já muito perto do pôr-do-sol, também tem sido considerado por vários autores como possível – e a narrativa de Fernão Lopes sugere isso mesmo – que o comando da hoste portuguesa não tenha, nessa noite de nervos, tido uma noção exacta da verdadeira dimensão do seu sucesso e, receoso de um reagrupamento castelhano nas proximidades (recorde-se que uma fatia importante da coluna de marcha de D. Juan I estava ainda longe de S. Jorge na altura em que se feriu a batalha) tenha decidido reforçar ou completar o sistema de entrincheiramento defensivo que, em última análise, lhe garantira a vitória⁽²¹⁾. A este respeito, a carta de doação que há pouco citámos, datada de 15 de Agosto de 1385, do "arreal de tavoado da cumeira de Aljubarrota", parece até bastante sugestiva...

(20). O próprio Valdez dos SANTOS o admite, ao calcular a presença de uns 2.500 "não combatentes" na hoste de D. João I (1979, p. 501).

(21). Esta hipótese foi já admitida, tanto quanto sabemos, pelo menos por Stott HOWORTH (1960, pp. 89-90), por Belisário PIMENTA (1960, p. 561), por Severino LOURENÇO (1985, p. 11) e, de forma mais comedida, por Carlos BESSA (1988, p. 56). Curiosamente, Afonso do Paço nunca a perfilhou, alegando que "as pedras encontradas em

3. O flanco ocidental: a grande questão para resolver

Chegados aqui – e como o leitor compreenderá – enraizou-se profundamente em nós a convicção de que os achados de Afonso do Paço teriam de relacionar-se directamente com a batalha de Aljubarrota⁽²²⁾. Isto apesar de estarmos conscientes do facto de as covas-de-lobo tradicionalmente usadas desde os inícios do século XIV (Courtrai - 1302, Bannockburn - 1314, etc.) apresentarem uma morfologia algo distinta: tinham geralmente um formato de tipo circular, ou tronco-cónico, com 0,90 m a 1 m de diâmetro e 1 m a 1,20 m de profundidade, apresentando cravada no fundo uma estaca bem aguçada. Em Aljubarrota, como vimos, as medidas são outras, e muito variáveis – tendendo para o formato rectangular ou quadrangular –, com as covas a apresentarem as paredes laterais verticais, com as extremidades algo curvas e o fundo liso, não tendo Afonso do Paço encontrado quaisquer vestígios de estacaria, mas apenas os tais fragmentos de calcário (provavelmente trazidos de fora, para o combate 'à pedrada', pois este tipo de matéria não existe na região de S. Jorge).

Subsistia, além disso, alguma dúvida quanto ao *timing* exacto da escavação daqueles obstáculos e, sobretudo, permanecia no ar uma questão inquietante, com a qual percebemos não poder conviver muito mais tempo.

toda a zona dentro das covas e fossos são, quanto a nós, prova do contrário" (PAÇO, 1961, p. 17; posição reafirmada em 1965, p. 90, onde se insiste ser aquela circunstância um "sinal seguro de terem as covas e fossos sido abertos antes do combate, e não depois"). Percebemos o ponto de vista do consciencioso arqueólogo, que, no entanto, neste particular, não nos parece ser inteiramente convincente: não se encontraram pedras de calcário em todas as covas e fossos, nem nunca nos será possível – a admitir a possibilidade de o dispositivo ter sido realmente completado durante a noite – distinguir o que pode ter sido feito antes da batalha daquilo que terá sido escavado depois dela...

⁽²²⁾. Convém acrescentar que o próprio Afonso do Paço descartara já outras hipóteses teóricas de interpretação dos seus achados, como por exemplo a de uma eventual relação entre as covas e uma qualquer cultura agrícola (vinha ou outra), ou a de os fossos se relacionarem com possíveis aproveitamentos para fins hidráulicos (PAÇO, 1961, pp. 9-12). Por outro lado, outras explicações adiantadas por Valdez dos SANTOS, nomeadamente a de o "grande fosso" poder estar relacionado com "um antigo caminho ou vereda utilizado para fins relacionados ou com as covas-silos dos mouros ou com a construção da ermida de D. Nuno Álvares Pereira" (1979, pp. 472-473), não nos pareceram nada convincentes como justificação para um achado daquelas dimensões e características.

Tratava-se de apurar se acaso o sistema de defesas acessórias reconhecido por Afonso do Paço no flanco oriental da provável posição anglo-portuguesa teria, ou não, alguma correspondência no terreno a poente da Ermida de S. Jorge. Como já explicámos, nos inícios dos anos 60 tinha-se feito passar por ali a nova estrada nacional que ligava Lisboa ao Porto, a mesma que há 40 anos deteriora gravemente a fachada do lindíssimo Mosteiro da Batalha. Ou seja, apesar dos apelos, quase lancinantes, de Afonso do Paço, decidira-se mandar atravessar – literalmente – o campo militar de S. Jorge, onde já tanta coisa importante havia sido encontrada, com uma nova rodovia ! Evidentemente, isso sepultou a maior parte das esperanças numa intervenção arqueológica em profundidade no flanco direito da posição ocupada em 14 de Agosto de 1385 pelo exército comandado por D. João I. Para mais, a entrada em funcionamento da nova estrada atraía construções e comércio para a sua beira, provocando novos revolvimentos de terra e, com isso, a descaracterização de um terreno que tanto interessaria explorar em profundidade.

Limitados por estas circunstâncias, que atestam bem a extraordinária incúria e miopia dos governantes de então relativamente ao nosso património histórico – mesmo estando em causa a memória de um acontecimento que o Estado Novo tanto exaltou e cuja simbologia tantas vezes aproveitou para a sua catequese patriótica – decidimos, ainda assim, tentar a nossa chance: optámos por programar uma intervenção arqueológica no terreno situado entre a velha estrada que liga S. Jorge a Porto de Mós e a famigerada E.N. N.º 1; ou seja, justamente naquele terreno particular, localizado a poente da capela, onde tínhamos levado a cabo os trabalhos de arqueologia experimental que há pouco descrevemos⁽²³⁾. Complementarmente, pensámos também em realizar uma sondagem numa área posicionada a nordeste da Ermida de S. Jorge, junto ao local onde hoje se ergue o belo painel comemorativo da batalha esculpido (em 1959) por Paulo Xavier⁽²⁴⁾.

(23). Corresponde, insistimos, à "Área 1" da Planta de Localização adiante apresentada no relatório dos Eng.ºs Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Gil Catarino (Fig. 1.10), vindo também assinalado (com a letra "Y") no esquema que, partindo da Gravura n.º 2 de Afonso do Paço (1959), reproduzimos em anexo (Fig. INT. 2.).

(24). Corresponde à "Área 2" da Planta de Localização adiante apresentada (Cap. 1.º, Fig. 1.10) no relatório dos Eng.ºs Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Gil Catarino.

A ideia era óbvia, consistindo essencialmente em abordar zonas do campo de batalha não abrangidas pela intervenção arqueológica de Afonso do Paço, em busca de novos elementos sobre o conjunto do dispositivo táctico anglo-português⁽²⁵⁾.

Nesta averiguação, optámos por – uma vez mais a conselho do Prof. Doutor Jorge de Alarcão – seguir um caminho de eficácia actualmente muito comum entre os arqueólogos: decidimos solicitar ao Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra a realização de alguns trabalhos de prospecção geofísica nas zonas atrás indicadas. A nossa intenção era, por um lado, tentar perceber se do 'grande fosso' encontrado a nascente da capela haveria alguma suspeita de correspondência em terrenos a poente desta; e, por outro, verificar se existiam vestígios de qualquer fortificação acessória a norte da Ermida.

Recolhidas as autorizações e os apoios necessários⁽²⁶⁾, procedeu-se então – entre Março e Junho de 1995 – a um paciente trabalho de prospecção geofísica nas zonas que acima indicámos, num total de perto de 1.000 metros quadrados. Nesta investigação, dirigida pelos Eng.^{os} Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lúcia Gil Catarino e da qual eles próprios darão pormenorizadamente conta um pouco mais à frente nesta monografia, utilizou-se sobretudo o método eléctrico de resistividade, que permite detectar variações na resistividade eléctrica dos terrenos em profundidade e, com isso, apurar da existência de anomalias que possam não estar

⁽²⁵⁾. Subsidiariamente, e mais por razões técnicas de obtenção de valores comparativos (as quais serão devidamente explicitadas mais adiante, no capítulo I.º desta monografia), considerámos também uma pequena zona a sudeste da Ermida de S. Jorge, justamente onde Afonso do Paço situa o pequeno ramal leste (D) do 'grande fosso' (corresponde à "Área 3" da Planta de Localização adiante apresentada no relatório dos Eng.^{os} Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lúcia Gil Catarino).

⁽²⁶⁾. Queremos aqui, uma vez mais, agradecer, muito reconhecidamente, ao Senhor Prof. Doutor Ferreira Pinto (à época Presidente da Comissão Executiva do Departamento de Ciências da Terra da FCTUC) a autorização e o apoio concedidos, que viabilizaram a realização das sondagens descritas. Agradecemos também à Comissão Portuguesa de História Militar o financiamento que as tornou possíveis. E agradecemos ainda à Dra. Maria Leonor Cruz Pontes e ao Sr. Rui Coelho toda a sua prestimosa colaboração durante os trabalhos de campo. Escusado será recordar que, sem a compreensão do Sr. Joaquim Luís Monteiro, proprietário do terreno situado a poente da Ermida de S. Jorge, a nossa averiguação teria ficado reduzida à zona a nordeste da capela.

relacionadas com estruturas geológicas, mas sim, e entre outras possibilidades, com a presença de fossos ou de covas.

Os resultados não desmereceram as nossas expectativas. Se a norte (Área 2, c. 200 m²) e a nascente (Área 3, c. 67,5 m²) nada havia que justificasse as nossas suspeitas, já o mesmo se não podia dizer do terreno particular situado a poente da Ermida de S. Jorge (ÁREA 1, c. 700 m²). Aqui (v. a Fig. INT. 2., zona "Y"; ou a Fig. I.10), constatou-se efectivamente a existência de anomalias de resistividade que poderiam estar relacionadas com o prolongamento, para ocidente, do sistema de fortificações acessórias congeminado, a leste e a sul, pelo exército anglo-português. Evidentemente, não se sabia era se tais anomalias se deveriam a fossos e a covas-de-lobo, ou tão-só a restos de muros ou a outros obstáculos, antigos ou modernos, não relacionáveis com a batalha.

A partir deste momento, a nossa atenção concentrou-se, pois, no terreno pertencente ao Sr. Joaquim Luís Monteiro. Circunstâncias de vária ordem – profissional e financeira, sobretudo – não nos permitiram avançar muito nos nossos trabalhos, até inícios de 1999. Não vamos aqui maçar o leitor com a descrição do que foi a nossa cruzada, entre 1996 e 1998, para arranjar apoios e financiamentos suficientemente confortáveis para podermos passar à fase seguinte da nossa pesquisa: a organização de uma campanha arqueológica destinada a tirar a limpo as suspeitas levantadas pela prospecção geofísica. Saltemos esse período difícil (durante o qual tivemos ainda, já o dissemos, de apresentar a nossa dissertação de doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e situemo-nos em inícios de 1999. Graças à mediação inteligente e eficiente do Senhor Governador Civil de Leiria, Prof. Doutor Carlos André, conseguimos finalmente assinar um Protocolo que viabilizaria os trabalhos que desejávamos empreender. Tratou-se de um acordo 'a várias mãos', em que ao Governo Civil de Leiria se associaram as Câmaras de Porto de Mós e da Batalha, bem como a Região de Turismo de Leiria-Fátima, parceiros que, em conjunto, puseram à minha disposição (enquanto coordenador científico deste projecto) uma verba total de 2.000 contos (cuja administração foi entregue ao Centro do Património da Estremadura), destinada a possibilitar a concretização das seguintes três tarefas:

- 1.^a: alargamento dos trabalhos de prospecção geofísica na ÁREA I (v. a Fig. INT. 2., zona "Y"; ou, mais adiante, a Fig. I.10.), seleccionada como a 'zona suspeita' e, portanto, merecedora de uma melhor averiguação, através de uma sondagem mais ampla;
- 2.^a: realização de uma intervenção arqueológica nessa mesma área, obviamente incidindo sobre os pontos de anomalia de resistividade identificados pela prospecção geofísica;
- 3.^a: reavaliação do espólio osteológico encontrado por Afonso do Paço em três covas ou valas-comuns situadas poucos metros a sul da Ermida de S. Jorge, espólio esse que se encontrava depositado, há cerca de 40 anos, em numerosos caixotes colocados no sótão do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

O Protocolo viria a ser assinado em Leiria, nas instalações do Governo Civil, em 8 de Fevereiro de 1999. Com ele nascia uma nova alma ao nosso velho projecto. Não tardámos em dar-lhe expressão concreta.

Com efeito, entre inícios de Abril e finais de Maio de 1999, a pequena equipa comandada pelos Eng.^{os} Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Gil Catarino ampliou a sondagem que, em 1995, iniciara na "ÁREA I", em função de critérios e por métodos que eles próprios descrevem mais à frente neste livro (v. Cap. 1.^o). Em termos gerais, podemos avançar que os resultados obtidos vieram reforçar e precisar as suspeitas de há quatro anos atrás. Chegara, portanto, a hora da Arqueologia intervir.

A nosso pedido, coube a direcção desta campanha arqueológica à nossa prezada e prestigiada colega Prof.^a Doutora Helena Catarino, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Os trabalhos, devidamente autorizados e aprovados pelo IPPAR e pelo IPA, tiveram lugar entre os dias 7 e 26 de Junho de 1999. Deles se dá conta, pormenorizadamente, mais à frente, no capítulo assinado pela directora da escavação (v. Cap. 2.^o). Pode, em todo o caso, adiantar-se que os resultados obtidos foram promissores. A área escavada (a citada "ÁREA I" – ou "Y", no nosso esquema da Fig. INT. 2. – situada a oeste da Ermida de S. Jorge, no enfiamento dos ramais "A" e "B" do 'grande fosso' reconhecido por Afonso do Paço) ofereceu-nos aquilo que nós mais procurávamos:

- num dos quadrados de 4 x 4 metros, a Doutora Helena Catarino e a sua equipa encontraram *nove covas-de-lobo*, cinco delas com orientação este-oeste, e as restantes quatro orientadas a 130 graus (cf. de novo a Fig. INT. 2., área "Y"; e, sobretudo, as gravuras anexas ao segundo capítulo desta monografia). Tais covas encontravam-se *distanciadas* entre si 50 a 70 cm (dentro da mesma fiada) ou 80 a 118 cm (pensando na cova correspondente da fiada seguinte); apenas a 9.^a cova surgia, aparentemente, isolada. Todas as covas encontradas são de *formato* rectangular (a primeira delas com os cantos arredondados). No que diz respeito ao seu tamanho, temos que, quanto ao *comprimento no topo*, apresentam uma média de 56 cm; *no fundo*, esse comprimento reduz-se para uma média de 44,2 cm; no que diz respeito à *largura*, verificamos que, *no topo*, ela é, em média, de 39,5 cm, e, *no fundo*, de apenas 25,9 cm. Finalmente, quanto à *profundidade* do corte no saibro, ele atinge, em média, apenas os 23,7 cm.
- num outro quadrado, situado apenas alguns metros a poente do das nove covas-de-lobo que referimos, a Doutora Helena Catarino encontrou, seguindo as pistas fornecidas pela prospecção geofísica, um *tramo de fosso com orientação* sudeste-noroeste (veja-se também a Fig. INT. 2, área "Y", bem como as excelentes gravuras que acompanham o segundo capítulo) ! *Morfológicamente*, este fosso apresenta tendência tronco-cónica, sendo mais largo no topo (88-90 cm) e mais estreito no fundo (50-60 cm). A *profundidade* do corte no saibro é, neste caso, de 60 cm.

Infelizmente, chegámos ao final de Junho e os trabalhos tiveram de ser interrompidos, não só porque não tínhamos meios financeiros para mais, como também porque a equipa que realizou a intervenção arqueológica tinha outros compromissos, os quais não permitiam a sua permanência em S. Jorge.

Como quer que seja, o mais importante estava conseguido: ficara à vista de todos que o sistema de defesas acessórias congeminado pelo exército anglo-português em 14 de Agosto de 1385 não se confinou ao seu flanco oriental, prolongando-se, no mínimo, por zona muito a noroeste daquela que

foi objecto da escavação de Afonso do Paço (veja-se o esquema que apresentamos em anexo: Fig. INT. 2). A partir de agora, a reconstituição do modelo táctico a que obedeceu a batalha poderá, portanto, ser enriquecida e clarificada pelos historiadores militares. Ainda mais se, como esperamos, a obtenção destes primeiros resultados estimular o Estado a facultar-nos os meios necessários para a realização de uma intervenção arqueológica mais ampla na "Área I" zona "Y", cujo terreno deveria, obviamente, ser adquirido pelo erário público, de forma a perceber qual a verdadeira extensão do sistema de entrincheiramento defensivo gizado por D. João I, Nun'Álvares e os seus auxiliares ingleses. A Estrada Nacional N.º 1, afinal, não encobre tudo o que aconteceu a poente da Ermida. Seria bom não desperdiçar a oportunidade para aprofundar os achados recentes e, de uma vez por todas, admitir que, havendo vontade política para isso, o Campo Militar de S. Jorge se poderá rapidamente tornar num dos campos de batalha medievais mais emblemáticos de toda a Europa.

4. A reavaliação do espólio osteológico

Conforme explicámos atrás, o Protocolo assinado no Governo Civil de Leiria, em Fevereiro de 1999, pressupunha ainda a concretização de uma terceira tarefa: a da reavaliação do espólio osteológico encontrado por Afonso do Paço em S. Jorge e, desde então, depositado no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

A tarefa era aliciante e dispúnhamos de alguém suficientemente capaz para a dirigir: a Prof.^a Doutora Eugénia Cunha, especialista em paleobiologia e detentora de uma vasta experiência de trabalho com colecções osteológicas medievais. Contactámos esta nossa colega e rapidamente se constituiu uma pequena equipa, por ela dirigida e incluindo também a Dr.^a Carina Marques e o Dr. Vítor Matos, a qual trabalhou arduamente para, entre Fevereiro e Dezembro de 1999, retirar daquele espólio toda a informação possível e pertinente.

Uma das primeiras tarefas consistiu em proceder a uma datação rigorosa da colecção, coisa nunca antes ensaiada, até por falta de meios para o fazer. Assim, em Abril de 1999, a matéria orgânica de duas tíbias seleccionadas aleatoriamente foi objecto de análise pela técnica de datação

absoluta por C¹⁴, no laboratório Beta Analytics Inc, de Miami (Estados Unidos da América). O resultado não podia vir mais ao encontro das nossas expectativas, já que aponta claramente para o período compreendido entre os anos de 1290 e 1425, sendo a época de maior probabilidade a de 1350 (50 anos aquém / 50 anos além dessa data) !

Foi, assim, desfeita a dúvida principal: os ossos da vala comum encontrada na margem sul da Ermida de S. Jorge pertencem efectivamente a humanos da Idade Média, logo, a combatentes da batalha de Aljubarrota. A própria circunstância de se tratar de um espólio maioritariamente masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos de idade e parâmetros de estatura entre os 165 e os 170 centímetros confirma claramente aquela dedução.

A partir daqui, pôde então partir-se para uma análise mais aprofundada desses 2.874 ossos humanos, que terão correspondido a um número mínimo de 414 indivíduos. Apesar da fragmentação deste espólio (onde faltam grande parte dos ossos pequenos, como costelas, vértebras e ossos dos pés ou das mãos) e das suas deficientes condições de conservação (dado até que, durante o longo tempo de deposição que parecem ter tido no campo de batalha, esses ossos sofreram a acção de factores tafonómicos extrínsecos, especialmente adversos à sua conservação) muito havia ainda a esperar de uma análise profissional e especializada. Ela revelou-se capaz de observar e de interpretar as lesões traumáticas e infecciosas, de distinguir os processos de regeneração ou de cicatrização de lesões mais antigas, de detectar a causa da morte de alguns dos indivíduos ali representados, e de muitas outras coisas mais. Foi um trabalho fascinante e da maior utilidade – tanto do ponto de vista antropológico, como do ponto de vista histórico-militar – cujos procedimentos e conclusões se descrevem detalhadamente no terceiro capítulo desta monografia, assinado por Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos. O seu interesse para um melhor conhecimento dos intervenientes na batalha, do armamento nela utilizado e até da intensidade e da configuração genérica do combate travado a 14 de Agosto de 1385 não precisa de ser aqui enfatizado.

Não nos precipitemos, porém. Narrada, nas suas linhas gerais, a história remota e recente de uma investigação bastante fora do comum; apresentados os vários caminhos por ela trilhados até se chegar ao seu objectivo

principal; sugeridos os momentos mais luminosos que irromperam em cada uma dessas aventuras; é hora de passar a palavra aos actores principais, ou seja, àqueles que, com a sua dedicação e a sua competência profissional, deram expressão efectiva a um projecto que, ao longo de quase cinco anos, tivemos o prazer de coordenar.

Assim, ouviremos primeiro (Cap. 1.º) as explicações do Eng.ºs Fernando Pedro Ortega Figueiredo e Lídia Gil Catarino, acerca dos procedimentos utilizados e dos objectivos da prospecção geofísica que levaram a cabo no Campo Militar de S. Jorge.

Seguidamente (Cap. 2.º), acompanharemos a narrativa da Doutora Helena Catarino, que nos apresentará e explicitará os métodos e os resultados obtidos na intervenção arqueológica por ela realizada em Junho de 1999, naquilo a que temos chamado a "Área I" (ou "Y", na nossa versão do esquema clássico de Afonso do Paço) do campo de batalha.

Depois (Cap. 3.º), será a vez da Doutora Eugénia Cunha e dos Dr.ºs Carina Marques e Vítor Matos nos revelarem os segredos que os ossos encontrados junto à ermida nos reservaram, durante mais de 600 anos.

Por nós, voltaremos a aparecer no final de tudo (Cap. 4.º), tão-só para sugerir algumas interpretações do ponto de vista histórico-militar, alicerçadas a partir daquilo que já conhecíamos sobre a 'batalha real', mas enriquecidas com os novos dados que, para felicidade de todos, se puderam entretanto recolher. Assim tenha o leitor a paciência necessária para nos acompanhar.

João Gouveia Monteiro

Referências Bibliográficas (*)

(*) Vide, p.f., no final do Cap. 4.º ("Interpretação").



Fig. INT. I – Extracto da Carta Militar n.º 308 (Escala 1: 25 000, Porto de Mós) onde se localiza o Campo Militar de S. Jorge.

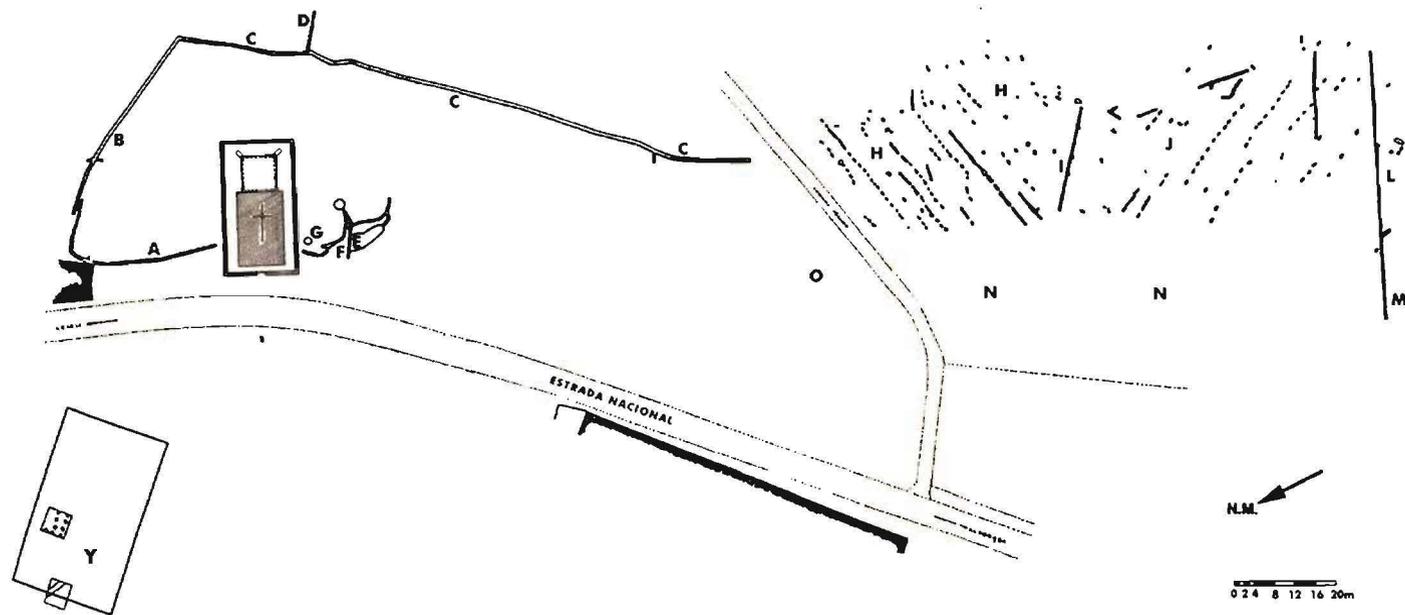


Fig. INT. 2 – Escavações de Afonso do Paço (1959, Fig. n.º 2) no campo de Batalha; e área investigada em 1999 (“Y”).

